



## O papel do controle externo na luta contra as desigualdades sociais e regionais



Entrevista com a **Ministra Ana Arraes**

Graduada em Direito, foi eleita deputada por duas vezes pelo estado de Pernambuco, em 2006 e 2011. Em seu segundo mandato foi líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na Câmara dos Deputados. Durante sua atuação como parlamentar destacou-se nas atividades voltadas para as pautas focadas na redução das desigualdades sociais, defesa das crianças e adolescentes, políticas para mulheres e defesa do consumidor. Em 2011 assumiu a posição de ministra do TCU, indicada pela Câmara dos Deputados. Em 2019/2020 atuou como Corregedora e vice-presidente nesta Corte. Desde 1º de janeiro de 2021 está no exercício da presidência.

*Há mais de um ano o mundo atravessa uma grave crise sanitária devido à Covid-19. Diante desse cenário, é inevitável começar esta entrevista com a seguinte pergunta: como tem sido a atuação do Tribunal de Contas da União frente à pandemia?*

**[AA]** Como órgão de controle, nossa missão constitucional não implica uma relação direta com o enfrentamento de uma crise sanitária. Ainda assim, nossa atuação tem reflexos importantes na garantia do melhor uso dos recursos públicos.



Logo no início da pandemia foi criado, no TCU, o Coopera, estratégia desenvolvida para enfrentar os desafios trazidos pela Covid-19. Como principal ação do Programa, foi estabelecido o Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19, para acompanhar as ações desenvolvidas pelo governo, firmar parcerias com outros órgãos para apoio às ações e troca de conhecimento e capacitação técnica, além de identificar riscos e orientar os gestores acerca de problemas potenciais no desenvolvimento das ações que poderiam comprometer a efetividade das ações emergenciais.

Foram desenvolvidas e implementadas estratégias para acompanhar de perto o volume, a destinação e a aplicação dos recursos voltados ao enfrentamento dos efeitos da pandemia, de modo a conseguir alcance e profundidade na avaliação da aplicação do dinheiro público, mas sem criar qualquer tipo de entrave que pudesse comprometer a eficiência e a rapidez nas respostas às demandas da sociedade.

*De que maneira a Corte de Contas tem acompanhado as ações para o enfrentamento da crise? As fiscalizações estão restritas ao Ministério da Saúde?*

**[AA]** As análises realizadas no Tribunal abrangem os recursos federais, tanto os executados na esfera federal, como os recursos transferidos para estados e municípios.

Já foram autuados mais de 200 processos relacionados à crise provocada pela pandemia, referentes tanto ao Ministério da Saúde como a outros órgãos da União, estados e municípios.

Parte desses processos investiga possíveis desvios, mas também, em diversas situações, a ação do TCU evitou a ocorrência de irregularidades, por atuar logo no início. As ações são realizadas tanto com o apoio de sistemas de monitoramento automático, como pela ação de diversas secretarias do Tribunal.

*O Estado brasileiro é complexo, e, além das ações relativas à saúde, a pandemia impõe à Administração Pública desafios relacionados a questões como responsabilidade fiscal e orçamentária, articulação dos entes federativos, governança e boas práticas de gestão. Qual contribuição o Tribunal pode dar para que as políticas públicas possam ser executadas com eficiência e eficácia?*

**[AA]** Em razão de seu amplo leque de competências e respeitada experiência, o Tribunal deve também atuar como indutor da responsabilidade fiscal e da boa governança, porque, ao lidar constantemente com a avaliação de atos de gestão, vem acumulando conhecimento quanto a boas práticas e quanto a erros que podem ocorrer na gestão. Assim, compartilhar esse conhecimento e prover o acesso aos gestores das avaliações realizadas é uma forma de contribuir para o aperfeiçoamento contínuo da administração.

 *Já foram autuados mais de 200 processos relacionados à crise provocada pela pandemia, referentes tanto ao Ministério da Saúde como a outros órgãos da União, estados e municípios.* 



O TCU produziu publicações direcionadas aos gestores públicos sobre temas de grande relevância para sua atuação, tem promovido debates, por meio do “Diálogo Público”, e se colocado à disposição para fomentar a prevenção de falhas. Entendo que esse tipo de aproximação, que explora o viés pedagógico, é uma vertente já integrada ao trabalho do Tribunal, que tende a ser sempre aperfeiçoada nesta e nas próximas gestões.

*O que o TCU tem aprendido nesse processo? E qual o legado pode deixar ao país?*

**[AA]** Especialmente durante a pandemia, exercemos a criatividade e a inovação para otimizar a atuação orientativa do Tribunal, utilizando de forma massiva as ferramentas de tecnologia, as mídias digitais, como o canal no Youtube e o portal do Tribunal, para alcançar cada vez mais pessoas que podem se beneficiar dessas orientações.

O processo de informatização já estava avançado na nossa Corte, mas acredito que a urgência trazida pela pandemia acelerou o processo e o sucesso dessa nova forma de interação com os órgãos da administração e com a sociedade. Suponho que não haverá um retorno a muitas práticas anteriores à pandemia, e sim que usaremos o que se mostrou eficaz para otimizar o trabalho e o diálogo amplificado.

*Para além da pandemia, quais são os principais desafios a serem enfrentados pelo Tribunal? E as oportunidades?*

**[AA]** A atuação como protetor dos recursos públicos sempre requererá adaptações que respondam às mudanças ao longo do tempo nas leis, na tecnologia, no perfil de gastos do governo ou até em situações incomuns, como a que presenciamos com a pandemia. Acredito que uma das melhores estratégias para avançar passa pela qualidade da transparência. Há ainda muito para avançar na forma como as informações públicas são divulgadas e difundidas.

A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias. Os mecanismos de fiscalização avançaram em resposta ao contexto e essa capacidade de nos adaptarmos faz parte do constante aprimoramento na qualidade e na velocidade do que devemos oferecer à sociedade.

*Nos últimos anos, o TCU tem estreitado o diálogo institucional e empenhado esforços para se aproximar dos gestores públicos. Essas também são suas diretrizes de gestão?*

**[AA]** O diálogo, tanto interno ao Tribunal, como com agentes externos, faz aflorar talentos e ideias. O TCU pode facilitar para que os gestores públicos detenham mais orientações sobre a aplicação dos recursos públicos de forma mais adequada e eficiente. O aperfeiçoamento dos diálogos institucionais é uma das vias para possibilitar a redução de falhas, a transparência e a eficiência, pelo compartilhamento de ferramentas, de estratégias, de boas práticas. Apoio e considero o diálogo profícuo um eixo fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas de gestão.



*Em março, a senhora lançou o Programa TCU+Cidades. Quais são os objetivos e as expectativas com essa iniciativa?*

**[AA]** O principal objetivo é proporcionar o acesso a informações que contribuam para que os gestores municipais saibam como administrar os recursos públicos dentro da legalidade e responsabilidade. Temos atualmente um hot site voltado para esse público e uma agenda de eventos virtuais, com debatedores experientes em áreas de grande impacto na administração.

Acredito que há muitas situações em que os gestores podem errar por falta da melhor informação, nem sempre os erros decorrem de corrupção ou desvio de recursos. Embora eu desconheça um levantamento estatístico que tenha mensurado essa proporção entre erro por desconhecimento ou por intenção, percebi, ao longo de minha experiência como parlamentar, e como ministra no TCU, que especialmente os municípios de menor porte localizados em regiões menos desenvolvidas, muitas vezes, não detêm nos quadros profissionais pessoas com a capacitação necessária para compreender e cumprir todas as exigências inerentes à condução de uma administração municipal. Isso tem se refletido em diversos erros. Apenas para exemplificar, áreas em que isso ocorre de forma frequente: prestações de contas deficientes, planejamento inadequado, licitações mal conduzidas.

*Uma das marcas de sua trajetória pública é a luta contra as desigualdades sociais e regionais. Como inserir o controle nesse debate? Qual papel o TCU pode assumir?*

**[AA]** A redução de desigualdades é uma diretriz da nossa Constituição e uma demanda civilizatória. O Brasil tem avançado lentamente nessa direção. A indução que o TCU pode provocar passa por avaliar, tanto no desenho quanto na execução das políticas públicas, se a redução das desigualdades é um fator considerado. Para tanto, nas fiscalizações podem ser inseridas análises com esse objetivo.

As áreas relacionadas a educação e saúde são especialmente ligadas à questão da desigualdade, requerem uma atenção cuidadosa. O desenvolvimento regional, por sua vez, também afeta as pessoas de forma imediata, pois tem impacto na empregabilidade, no fortalecimento das economias locais, na capacidade de consumo das famílias.

É importante lembrar que nem toda ação do TCU envolve a detecção de irregularidades e sanções aos envolvidos. Um papel importantíssimo do Tribunal é seu papel orientador, cujo objetivo é propiciar o uso mais eficiente dos recursos. Nesse sentido, é crucial, por exemplo, disseminar boas práticas e orientar sobre falhas comuns que podem ser evitadas. Tudo isso contribui para que o dinheiro público se converta em melhores serviços oferecidos à sociedade.

*No ano passado, a Corte de Contas completou 130 anos. Ao longo desse período, somente duas mulheres ocuparam a presidência da Casa: a ministra Élvia Lordello Castello Branco, em 1994, e a senhora, em janeiro deste ano. Essa é uma realidade não apenas no TCU, mas na Administração Pública e no setor privado em geral. Como é possível mudar esse quadro?*



**[AA]** As desigualdades nas relações de gênero estão inseridas em um amplo processo histórico e cultural, que perpassa as esferas privada e pública. Um exemplo que ilustra o impacto na empregabilidade relacionado a aspectos culturais é uma constatação levantada em estudo do IBGE realizado em 2017. Ao abordar os motivos pelos quais os jovens de 16 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados não tinham tomado providência para conseguir ocupação, o resultado mostrou que, enquanto 34,6% das mulheres responderam ter que cuidar dos afazeres domésticos, filhos ou outros parentes, apenas 1,4% dos homens apontaram esses motivos para não terem procurado ocupação.

Observo que a realidade mostra mulheres em áreas onde antes predominava a presença masculina. Por exemplo, atualmente elas são maioria nas universidades brasileiras e são identificadas como chefes de família em quase metade dos lares. Apesar disso, quando se trata de espaços de poder, ainda há muito o que avançar.

Por falar em espaços de poder, chama a atenção também que, embora mais da metade da população brasileira seja composta por mulheres, esse grupo encontra proporção muito destoante em relação aos representantes parlamentares. No nível federal, as mulheres representam menos de 15% dos integrantes das casas legislativas.

Historicamente os homens têm se envolvido e ditado as regras em diversas esferas de poder. Para mudar essa realidade, para torná-la mais equilibrada, as mulheres precisam perceber o quão positivamente determinante pode ser para a sociedade elas integrarem esses espaços. Acredito que, se cada vez mais mulheres alçarem postos de comando, mais inspirarão outras a fazê-lo, e, quem sabe, no futuro, possamos prescindir dessa discussão. Enquanto isso não acontece, é preciso que sejamos agentes ativas nessa mudança.

*A senhora elegeu como prioridade de gestão o aumento da participação feminina nos quadros de dirigentes. Quais benefícios essa iniciativa deve trazer?*

**[AA]** As mulheres que passaram para postos de comando, no TCU, são servidoras que já desenvolviam excelentes trabalhos. Trazê-las para posições de dirigentes foi uma forma de reconhecer os talentos e de inspirar outras mulheres a buscarem ocupar espaços de liderança. A diversidade é também oportunidade de termos olhares sob perspectivas diferentes. A representatividade nos processos decisórios é fundamental para assegurar a legitimidade das decisões, é a base da democracia. As mulheres representam a metade da população, é legítimo que se façam representar em proporção semelhante em diversos espaços. E o TCU pode ser exemplo dessa postura mais igualitária.

*A luta das mulheres por igualdade de direitos é constante. Quais os principais avanços que a senhora aponta nesse sentido e o que ainda precisa ser feito?*

**[AA]** O avanço das mulheres no mercado de trabalho significa, em grande medida, uma resposta às necessidades do mercado. Entretanto, percebo que esse avanço ainda não alcançou patamar de igualdade que reflita a capacidade das mulheres para alçarem postos mais elevados de liderança e obterem remuneração equivalente aos homens.



*Ao longo de minha vida profissional, tive a satisfação de trabalhar com muitas excelentes profissionais. Motivá-las a assumirem postos de comando é uma forma de justiça, de reconhecimento de seus talentos.*



Ao longo de minha vida profissional, tive a satisfação de trabalhar com muitas excelentes profissionais. Motivá-las a assumirem postos de comando é uma forma de justiça, de reconhecimento de seus talentos.

O fato de comumente haver mais homens como líderes realimenta um ciclo vicioso de as mulheres perceberem essas posições como de difícil ocupação feminina. Precisamos quebrar esse ciclo, convidar as mulheres e mostrar-lhes que podem, sim, desempenhar de forma brilhante posições que historicamente foram ocupadas por homens. O avanço na participação feminina com igualdade de poderes e direitos passa por uma ação ativa das organizações de incentivar as profissionais que se destacam a compor o conjunto de lideranças.

Na política, especialmente, representatividade com diversidade em posições decisórias significa que aqueles que detêm o poder de decisão têm mais semelhança com a realidade daqueles que representam.